
Informatizar para Optimizar Recursos Bibliográficos

MARIA LUÍSA CABRAL

Biblioteca Nacional

Ao longo da descrição do processo de informatização da Biblioteca Nacional procura-se sublinhar os momentos decisivos, as razões de uma opção, a escolha feita. Refere-se ainda a experiência estrangeira e o modo como a Biblioteca Nacional a analisou. Descrevem-se as alterações organizacionais, e o seu reflexo no meio bibliotecário português. Analisa-se o papel aglutinador da PORBASE e da Biblioteca Nacional.

1. Introdução

Os objectivos que presidiram e nortearam o início da informatização da Biblioteca Nacional continuam, cinco anos depois, absolutamente válidos. Tão presentes que alguns deles se encontram em plena fase de

As bibliotecas portuguesas estão mal apetrechadas tanto do ponto de vista da actualidade e volume dos fundos bibliográficos, como do ponto de vista humano, técnico e financeiro

implantação embora, com o decorrer do tempo e alertados pela prática, se tenha reajustado alguns objectivos à realidade das bibliotecas portuguesas. Aliás, todo o processo nasceu de um conhecimento da situação dramática em que vivem as bibliotecas portuguesas — especialmente as universitárias e as municipais — e entre elas, sem excepção, a Biblioteca Nacional.

As bibliotecas portuguesas estão mal apetrechadas tanto do ponto de vista da actualidade e volume dos fundos bibliográficos, como do

ponto de vista humano, técnico e financeiro. As bibliotecas portuguesas vivem à revelia umas das outras para sua própria desdita; não partilham os recursos bibliográficos que cada uma, muito esforçadamente, reuniu; não procuram ultrapassar as suas carências pela cooperação, pelo empréstimo interbibliotecas, pela intervenção concertada junto do poder político. Aceitam passivamente as soluções importadas «à moda», não ousam questionar as experiências ou os resultados de outrém. Como se não tivessem vida própria. Entre elas a Biblioteca Nacional apenas sobressaía porque as suas atribuições lhe cometem uma responsabilidade diferente: desde ser o repositório da literatura nacional, passando pela obrigação de assegurar a publicação da bibliografia nacional corrente e retrospectiva; desde ser o centro coordenador, para o empréstimo interbibliotecas, a nível nacional e internacional, até ser o responsável pelo catálogo colectivo do país; desde ser o centro normalizador em matéria biblioteconómica, até exercer o controlo bibliográfico nacional, tudo se conjuga para conceder à Biblioteca Nacional uma capacidade de intervenção generalizada que, de facto, a distingue entre pares. E como as demais bibliotecas também só há cinco anos a Biblioteca Nacional começou a sentir os ventos da mudança.

Entre elas a Biblioteca Nacional apenas sobressaía porque as suas atribuições lhe cometem uma responsabilidade diferente

A introdução da informatização não foi considerada uma panaceia em si própria. Também não aconteceu pelo fascínio que a máquina exerce. Pelo contrário, trata-se de um processo em marcha cujo objectivo último é o aproveitamento máximo dos recursos bibliográficos existentes no país, fazendo jus à época presente em que o valor da informação é inquestionável.

2. Os objectivos

Informatizar a mais importante biblioteca do país não é, seguramente, nem tarefa menor nem disciplinando se pode considerar o próprio facto em si.

A Biblioteca Nacional é não só a biblioteca mais importante como a maior entre as bibliotecas portuguesas. Ela é o repositório da produção intelectual portuguesa e, nesse sentido, a memória da nação. Consequentemente, a Biblioteca Nacional assume de forma decidida uma função que às outras bibliotecas apenas assiste em parte: o ser uma biblioteca de conservação.

A par desta tarefa sublime outra não menos relevante se perfila: aquela que se prende com a difusão

da informação sobre as colecções depositadas na Biblioteca Nacional, ou aí apenas identificadas mercê da existência (ainda que precária) do Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas.

A introdução da informatização não foi considerada uma panaceia em si própria. Também não aconteceu pelo fascínio que a máquina exerce. Pelo contrário, trata-se de um processo em marcha cujo objectivo último é o aproveitamento máximo dos recursos bibliográficos existentes no país, fazendo jus à época presente em que o valor da informação é inquestionável

As duas facetas mencionadas complementam-se e acabam mesmo por atribuir naturalmente uma função normativa à Biblioteca Nacional: pelo volume e variedade de informação processada e pelo conjunto de pessoal técnico que implica, a Biblioteca Nacional reúne as condições necessárias e suficientes para se assumir como o organismo normativo por excelência no domínio da biblioteconomia e ciências afins em Portugal.

É neste conjuntura que se percebe bem o alcance da decisão de informatizar a Biblioteca Nacional e as consequências da opção feita.

É no contexto descrito que se desenharam os objectivos do processo em

curso. Para além das responsabilidades imediatas relativamente ao Catálogo Colectivo das Bibliotecas, vale a pena citar: 1 — a promoção do empréstimo interbibliotecas; 2 — o fomento de uma política coordenada de aquisições. A Biblioteca Nacional cumpriria assim os seus designios como agência bibliográfica nacional e integrar-se-ia nos circuitos do Controlo Bibliográfico Universal.

Inevitavelmente era o futuro das bibliotecas portuguesas que se jogava, por que dispendo de infraestruturas precárias — ou nem mesmo chegando a dispor delas — as bibliotecas portuguesas não poderiam manter-se insensíveis às alterações que se projectavam.

Não estando em causa as funções tradicionais da Biblioteca Nacional ou o assumir das suas responsabilidades a nível nacional, afinal o que se pretendia com a informatização dos seus serviços e circuitos? Se uma palavra basta para descrever o objectivo final, ei-la: modernizar.

A Biblioteca Nacional é não só a biblioteca mais importante como a maior entre as bibliotecas portuguesas. Ela é o repositório da produção intelectual portuguesa e, nesse sentido, a memória da nação

Reconhecia-se como inadiável tornar os serviços mais eficientes, tanto no circuito do livro como no circuito

do leitor. Qualquer alteração simplesmente cosmética não atingiria os fins em vista. Pelo contrário, modificações profundas questionariam a estrutura, a formação dos quadros, a relação entre a Biblioteca Nacional e as outras bibliotecas, portuguesas primeiro, estrangeiras mais tarde.

3. O processo

Modernizar no sentido que gostamos de atribuir à palavra significa otimizar. Para o sucesso do processo de informatização da Biblioteca Nacional foi primordial a assunção dessa noção e responsabilidade. Isto é, foi indispensável otimizar recursos humanos existentes e otimizar também os conhecimentos técnicos acumulados, quiçá até então desbaratados.

Afinal o que se pretendia com a informatização dos seus serviços e circuitos? Se uma palavra basta para descrever o objectivo final, ei-la: modernizar

Desde sempre se desenhou, de forma muito clara, a percepção de que a informatização se faria com técnicos da Biblioteca Nacional, ou pura e simplesmente não se faria. Quem melhor do que eles conhecia a estrutura da casa? As suas fraquezas, mas também os seus pequenos-grandes segredos? Quem no país dispunha de

maior prática biblioteconómica se não os técnicos da Biblioteca Nacional? Quem, afinal, mais do que os técnicos da Biblioteca Nacional sentiam a urgência de uma mudança?

Foi indispensável otimizar recursos humanos existentes e otimizar também os conhecimentos técnicos acumulados, quiçá até então desbaratados

Todo o corpo técnico da Biblioteca Nacional teve bem a consciência da grande nau em que embarcava. Haveria porém outra alternativa? A resposta talvez pudesse ser positiva, mas não parecia satisfazer. A análise da estrutura em causa e dos meios disponíveis demonstrou a necessidade inadiável de os contornar se era a eficácia que se perseguia.

Os estudos preparatórios indispensáveis à informatização começaram em Setembro de 1985 e desenvolveram-se em duas direcções. Por um lado, foram analisados os circuitos do processamento bibliográfico na tentativa de se proceder à identificação daqueles procedimentos que poderiam ser informatizados, entendendo-se sempre que a sua informatização introduziria uma simplificação ao mesmo tempo que lhes atribuía uma maior eficiência. Por outro lado, foram sendo tomadas as primeiras opções técnicas tanto do ponto de vista biblioteconómico (ISBD, AACR2, RPC 1984, UNIMARC, em linha,

modular, integrado) como informático (ISO 2709, Protocolos OSI, X.25).

A opção por um equipamento na linha dos sistemas abertos era a projecção para o futuro e a garantia contra o isolacionismo. Por outro lado, a decisão UNIMARC ultrapassando a questiúncula sobre a necessidade e conveniência de formatos nacionais, tornaria naturalmente a PORBASE uma plataforma de convergência internacional hoje isenta de controvérsia como o provam as tendências e decisões internacionais (IFLA, CEE).

Se o estudo do circuito do livro exigiu um conhecimento das estruturas, das tradições, das rotinas da Biblioteca Nacional e, portanto, um imediato repensar dos mesmos, já as opções de ordem técnica foram tomadas sob forte influência da experiência estrangeira. Doutra maneira, aliás, não poderia ter sido perante a experiência nula das bibliotecas portuguesas na época.

O conhecimento directo das experiências, dos sucessos ou dos insucessos em outras grandes bibliotecas além fronteiras dava-nos bem a medida do problema em mãos, mas esse conhecimento foi decisivo na definição da trajectória a seguir

O conhecimento directo das experiências, dos sucessos ou dos insucessos em outras grandes bibliotecas

além fronteiras dava-nos bem a medida do problema em mãos, mas esse conhecimento foi decisivo na definição da trajectória a seguir. Um aspecto esteve, no entanto, sempre bem claro: a inutilidade de repetir as experiências mal sucedidas de terceiros.

Tornava-se indispensável garantir que a informação bibliográfica passaria a ser processada de acordo com um formato internacional, tanto do ponto de vista da sua codificação interna como da sua compatibilidade, durabilidade e portabilidade

Passaram sucessivamente por este crivo a definição das características do sistema, a começar pela tão «óbvia» decisão de adquirir um sistema disponível no mercado, com provas dadas, e especialmente vocacionado para o circunstancialismo que rodeia as bibliotecas (e que as bibliotecas são).

Um grande passo, que nunca será demais realçar, foi a escolha por uma solução em linha. Analisando retrospectivamente parece a decisão natural e que apresentaria dificuldade de somenos. Nada de mais enganador e a testemunhá-lo está o reduzido número de bibliotecas nacionais, na Europa ou na América, que ousaram enveredar por esta via.

Decidir depois que o sistema seria integrado tornava-se óbvio, como projectar a seguir o sistema para uma

solução modular foi apenas uma decorrência lógica.

Sempre com a perspectiva de pôr fim a um isolacionismo pertinaz, tornava-se indispensável garantir que a informação bibliográfica passaria a ser processada de acordo com um formato internacional, tanto do ponto de vista da sua codificação interna como da sua compatibilidade, durabilidade e portabilidade.

Outras grandes bibliotecas com vinte, quinze ou dez anos de automação poderiam (ou podem) hesitar na adopção do UNIMARC pelos custos que implicaria e muitas delas apenas concederam utilizá-lo como formato de troca.

Para a Biblioteca Nacional, para as bibliotecas portuguesas, a escolha (e o desenho) de um formato português teria sido desastroso: porque nos faltavam conhecimentos técnicos, pelo tempo e custos que implicaria, pelo isolamento a que voluntariamente estaríamos a remeter as bibliotecas portuguesas.

Os Grupos de Trabalho dinamizaram grande número de quadros técnicos, inculcaram hábitos de trabalho novos, puseram os vários departamentos em contacto entre si, partilharam responsabilidades e ajudaram a identificar competências (e apetências)

Accionados que foram os dois níveis de intervenção — o reconhe-

cimento dos circuitos técnicos e a definição das linhas mestras do sistema — tornava-se imperioso aplicar uniformemente em todos os departamentos da Biblioteca Nacional a mesma metodologia de trabalho:

1. análise e avaliação dos circuitos técnicos;
2. estudo comparativos dos procedimentos técnicos.

Criaram-se com este fim vários Grupos de Trabalho (e.g. Circuito de Entradas, UNIMARC, Indexação, Alfabetação entre outros) aglutinando representantes de cada departamento, com base na afinidade da tarefa técnica, e independente da cadeia hierárquica. Às hierarquia coube a significativa função de garantir a continuidade da rotina, enquanto aos Grupos de Trabalho competiu a proposta das tarefas, ou opções técnicas, alternativas. Aos Grupos de Trabalho foi definido um objectivo e foi também fixado um calendário, flexível dentro de limites aceitáveis.

Os Grupos de Trabalho dinamizaram grande número de quadros técnicos, inculcaram hábitos de trabalho novos, puseram os vários departamentos em contacto entre si, partilharam responsabilidades e ajudaram a identificar competências (e apetências). O conjunto dos trabalhos em curso proporcionou uma perspectiva global e envolvente da Biblioteca Nacional facilitando, se esta é a palavra adequada, as decisões terminais.

Esta formação obrigou, naturalmente, a um nível e fluxo de informação que foi criando uma grande solidariedade e uma indispensável confiança

Outro aspecto particularmente relevante e que importa ter presente foi o processo contínuo de formação, informação e comunicação. A aprendizagem fez-se em conjunto, de uma forma tímida inicialmente, mas sempre com enorme espírito de cooperação.

Todos os quadros da BN sofreram um processo de aprendizagem mútua que envolveu todos os aspectos técnicos. Esta formação obrigou, naturalmente, a um nível e fluxo de informação que foi criando uma grande solidariedade e uma indispensável confiança. Por outro lado, os canais de comunicação horizontal e vertical que se foram estabelecendo baniram os receios que um projecto da envergadura do presente sempre acarretam.

Ainda hoje as acções de formação e os circuitos de comunicação continuam a ser instrumentos privilegiados ao bom funcionamento do sistema e da Biblioteca Nacional.

Trata-se, afinal, de mudar hábitos de décadas, dentro e fora da Biblioteca Nacional, os quais ultrapassam, largamente, os aspectos técnicos mais palpáveis. A mudança em curso está a bulir com a forma-

ção das pessoas, com a sua mentalidade, com a sua atitude como profissionais.

4. Os recursos

Que os recursos disponíveis são escassos já se disse. Qual é então, do ponto de vista de quem gere a PORBASE, o papel reservado à Base Nacional de Dados Bibliográficos e à própria Biblioteca Nacional, a sua principal impulsionadora e sua coordenadora?

A mudança em curso está a bulir com a formação das pessoas, com a sua mentalidade, com a sua atitude como profissionais

A PORBASE está a crescer como o verdadeiro Catálogo Colectivo em Linha das Bibliotecas Portuguesas quando aglutina já o resultado da colaboração voluntária de 55 bibliotecas de todas as naturezas, dimensões e localização. Na prática, estas bibliotecas estão a construir conjuntamente uma biblioteca de referência e empréstimo que não existe no país. Elas estão a erguer, de facto, a verdadeira biblioteca de ciência e tecnologia que o país carece. Insistir que a PORBASE é vocacionada para as humanidades é ou miopia ou ignorância para já não mencionar o conceito desprezível subjacente relativo às ciências humanas.

Antes de se dispor de um levantamento tão exaustivo quanto possível e centralizado do que existe nas nossas bibliotecas é quase impossível pensar em soluções parcelares com êxito, a não ser que se pretenda prosseguir com a atitude individualista que, contra o interesse das próprias bibliotecas, frutificou até há bem pouco tempo.

Se na PORBASE existir informação sobre os recursos bibliográficos disponíveis — quais são, onde estão, como se acedem — estaremos, seguramente a caminhar no sentido da sua máxima rentabilização

Se na PORBASE existir informação sobre os recursos bibliográficos disponíveis — quais são, onde estão, como se acedem — estaremos, seguramente a caminhar no sentido da sua máxima rentabilização.

Aos recursos bibliográficos podemos juntar outro tipo de informação, como sejam os registos ISDS ou a Catalogação na Publicação (CIP), como já fazíamos uso do ISSN ou do ISBN. No fundo, a caminho de um efectivo controlo bibliográfico nacional que permita, a nós profissionais deste ofício, libertar-nos da rotina e das tarefas repetitivas para nos empenharmos, decididamente, na exploração e na difusão da informação zelosamente guardada.

A PORBASE torna os recursos bibliográficos de uma biblioteca acessí-

veis pelas outras bibliotecas em qualquer ponto do país; a PORBASE é a resposta à cooperação no tratamento da informação, identificando-a de uma forma consistente, partilhando os recursos humanos, técnicos e financeiros que escasseiam para onde quer que nos viremos; a PORBASE permite a disponibilidade de uma massa crítica de informação pronta a circular sob a forma de empréstimo da espécie original, da fotocópia da telecópia ou por recurso ao protocolo ILL.

O trabalho alcançado até ao presente, as dificuldades ultrapassadas, as alternativas encontradas dão bem a medida da capacidade técnica e organizacional dos bibliotecários envolvidos. Pensar inverter o processo é como tentar estancar o progresso. Não resulta

É esta visão de conjunto que, vencendo os reveses do dia-a-dia, os bibliotecários portugueses deverão abraçar. Todos os nossos pontos-e-vírgulas são acidentes de percurso que nem mesmo conseguiram parar a Biblioteca Nacional.

O trabalho alcançado até ao presente, as dificuldades ultrapassadas, as alternativas encontradas dão bem a medida da capacidade técnica e organizacional dos bibliotecários envolvidos. Pensar inverter o processo é como tentar estancar o progresso. Não resulta.